

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA- IPOL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Celso Barboza Mariano

**O Estado Racional Legal Burocrático Weberiano como
Forma de Mitigar o Patrimonialismo na Administração
Pública Brasileira**

Brasília- DF, 2019

SUMÁRIO

Agradecimentos	4
INTRODUÇÃO	5
1. PATRIMONIALISMO	7
2. A FORMAÇÃO DO ESTADO RACIONAL E SUA BUROCRATIZAÇÃO	13
3. AS CLASSES POLÍTICAS E SUAS ORDENS INSTITUCIONAIS	16
4. ESTADO BRASILEIRO E O MODELO BUROCRÁTICO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

SUMÁRIO DE FIGURAS

<i>Fonte:gospelprime.com.br</i>	<i>Figura 1 Charge 1 Patrimonialismo</i> _____	12
<i>Fonte:gestaupublica.net</i>	<i>Figura 2 Estrutura Administrativa Estatal</i> _____	26
<i>Fonte:www.portal-administracao.com</i>	<i>Figura 3 Estrutura Ministerial</i> _____	29
<i>Imagem tirada do Facebook</i>	<i>Figura 4 Charge 2 Armamento</i> _____	31

“Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé.”

2 Timóteo 4:7

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe, Tereza Barboza, que me deu total apoio nessa jornada de estudos e dedicação para a realização de um dos meus sonhos.

Agradeço à Sílvia Barboza, minha irmã que foi outra pessoa importantíssima na minha vida e que seguiu junto com a minha mãe no apoio a minha jornada de estudos.

Agradeço à professora Graziella Dias Teixeira, que dentro do curso de Ciência política, foi a pessoa que mais me compreendeu nos momentos difíceis que passei na Universidade de Brasília.

Agradeço ao professor Leandro Rodrigues, que se dispôs a ser meu orientador e me ajudar e antes de tudo, foi um grande professor nas disciplinas que pegamos juntos no curso de Ciência Política.

Agradeço ao Celso Fernando Lima, um excelente companheiro nas jornadas diárias da universidade, a ele, minhas considerações, mesmo por quê, ele foi meu professor no cursinho pré-vestibular.

Quanto aos amigos, quero agradecer ao Madson, o Valdir, o Rogério, o Davi, ao Ayub, por ser o melhor palestino da América, ao Tadashi, que é o melhor antropólogo das engenharias e ao Dieives que vai ser pai pela segunda vez.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, desde a chegada dos portugueses na América, todos aqueles que estiveram envolvidos na colonização do território brasileiro, impuseram suas vontades sobre as demais classes sociais por meio dos domínios das instituições trazidas da Europa por eles e que manteriam seus privilégios até os tempos atuais. Com todo aparato governamental usado pelos portugueses durante o processo de colonização e constituição do Estado brasileiro, considera-se que o aparelhamento das instituições públicas, fizesse com que seus interesses privados fossem atendidos em prol dos próprios benefícios. Na ótica dos interesses privados daqueles que estão ligados ao governo, sob o uso da máquina pública, o patrimonialismo é o sistema político que vem sendo usado até hoje por grupos de funcionários públicos e as classes políticas.

Outro sistema que veio a se desenvolver com os padrões políticos e administrativos junto ao Estado, é a burocracia. Na melhor das hipóteses, na administração pública quanto a privada, a burocracia tende a dar um desempenho com mais ajustes nas instituições governamentais e industriais no âmbito do desenvolvimento do país que aplicar com o máximo de desenvoltura, com certeza, terá uma administração altamente coerente com os parâmetros sociais, econômicos e políticos. O que mais se enquadra num Estado capitalista e industrial, de acordo com Max Weber em sua obra *Economia e sociedade* é a burocracia racional legal, com efeito, esse sistema político-administrativo exige que os agentes que exercem suas funções nos mais variados órgãos públicos, sejam qualificados para ocuparem seus cargos e executarem suas atividades com pleno domínio e precisão.

Oficialmente, o Estado racional legal proporciona uma condução coerente e alinhada com as condições econômicas, políticas e sociais num país altamente adequado num sistema capitalista e industrial conforme foi exposto anteriormente nas pesquisas realizadas por meio das ideias fundamentadas em Max Weber. O que realmente é realizado em todo contexto institucional weberiano, é que diversos trabalhos são voltados para o setor administrativo, burocrático e organizacional quanto aos objetivos daqueles que estão no controle da administração pública, como por exemplo os funcionários públicos e as classes políticas.

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo do]Estado Racional Legal Burocrático weberiano como uma forma de mitigar o patrimonialismo na Administração Pública Brasileira.

Nesse sentido, a pergunta de pesquisa é a seguinte: Em que medida a burocratização e a racionalidade podem mitigar as práticas patrimonialistas?

Como forma de amenizar as práticas patrimonialistas, a burocracia racional tende a dar controle às instituições governamentais quanto à administração pública. Para assegurar a dinâmica do funcionamento de todo mecanismo estatal e das empresas privadas, principalmente as indústrias, a burocracia racional viabiliza o Estado aplicar o aperfeiçoamento dos funcionários públicos em virtude dos seus cargos e funções. Em cada órgão público ou até mesmo na iniciativa privada, a qualificação dos funcionários para o exercício de cada função, impede que o patrimonialismo ocupe lugar num Estado racional e bem estruturado.

1. PATRIMONIALISMO

Desde muito séculos, o patrimonialismo vem sendo uma forma de certos grupos políticos se apropriarem do Estado, ou seja, todas as instituições estatais estarão à disposição dos interesses da classe dominante. Ao exercerem o domínio de todo o aparato governamental, os dirigentes do governo tendem a se beneficiarem com as normas institucionais criadas por eles mesmos para que possam atuar com mais tranquilidade em seus exercícios de acordo com cada função dentro da máquina pública. Para se ter uma noção clara de como funciona o patrimonialismo, basta o chefe do executivo nomear pessoas de confiança e ligadas ao seu partido e aos partidos de coalisão nomear agentes para os órgãos estratégicos, principalmente, àqueles cujos setores possam blindar o governo de qualquer eventualidade que possa desestabilizar o governo.

Para dinamizar todo o sistema patrimonialista, basta distribuir cargos de ministros e outras lideranças em diversas esferas do Estado, como por exemplo, autarquias, ministérios e sobretudo, o Judiciário. Com os determinados setores alcançados pelos grupos políticos no poder, é certo que o monopólio do poder público será controlado por meio do patrimonialismo aberto, pois, os dirigentes do estado tomam conta de tudo que é para ser de uso público, ou seja, é o cidadão que realmente deveria usufruir das instituições públicas do Estado. Ao ser o verdadeiro mantenedor de todo aparato governamental, o contribuinte, assim como qualquer cidadão independente de sua condição, é que deve, de fato, manter-se no direito de obter seus valores dentro do Estado, ou seja, são as instituições públicas que devem servir todos os cidadãos, e não a um grupo determinado de pessoas que exercem suas funções como agentes públicos.

Ao se tratar do ponto de partida em que o patrimonialismo surgiu, é evidente que essa prática vem desde séculos, principalmente nos países que tinham como forma de governo a monarquia. Durante os tempos em que não havia tantos aparatos institucionais para limitar os poderes do rei, conforme sua disposição no governo, era que decidia os caminhos da sua nação, como por exemplo, nomeando pessoas de sua confiança para o exercício determinado para cada instituição representativa dentro do seu Estado. Para melhor compreensão do patrimonialismo em uma monarquia, é bem notório a prática do nepotismo principalmente em áreas importantes cujo o rei, propositalmente, deve nomear seus filhos e irmão para administrarem órgãos diplomáticos e instituições ligadas ao

comércio e cobranças de tributos para a manutenção do Estado e manter os privilégios da monarquia.

Do ponto de vista do patrimonialismo monárquico, as evidências mostram que o mecanismo usado para o exercício de determinados grupos políticos ligados ao rei, referente, principalmente ao período medieval, determinam que todos os órgãos estatais, sejam submetidos às vontades do chefe de estado e seus seguidores que se beneficiam com as vantagens tiradas dos seus cargos que ocupam nos determinados órgãos. O exemplo mais claro que se deve seguir, quanto ao patrimonialismo praticado pelo sistema monárquico durante o período medieval, ou seja, é onde há o surgimento dessa dinâmica governamental como forma de fortalecimento e centralização do poder por parte do rei, o seu principal foco está na distribuição de cargos secundários e alguns importantes no Estado, de fato, estão os vassalos. Como prova disso, Max Weber explicita muito bem o conceito de ligação entre o monarca e o vassalo quanto às práticas patrimonialistas em sua obra *Economia e Sociedade* volume 2 dentro do sistema feudal, segue-se o seguinte preceito:

Em contraste com a ampla esfera de arbitrariedade e com a correspondente baixa estabilidade das posições de poder do patrimonialismo puro, encontra-se a estrutura das *relações feudais*. O feudalismo é um “caso-limite” da estrutura patrimonial, no sentido da estereotipagem e fixação das relações entre os senhores e os vassalos. Do mesmo modo que na fase da aquisição capitalista da burguesia, a comunidade doméstica, com seu comunismo doméstico patriarcal, dá origem à relação associativa da “empresa” baseada em contratos e direitos individuais fixados, assim nascem também, na fase do militarismo cavaleiroso da economia patrimonial extensa, as relações de fidelidade do feudalismo, igualmente fixadas em contratos. (WEBER, 2012, p. 288)

Contudo, as bases do patrimonialismo concentram-se nas estruturas medievais entre senhor feudal e vassalo, isso levantou outros meios para que todo o sistema de governo se coloque em um aparato administrativo altamente controlado por seus leais partidários. Ao partir dos princípios da política de distribuição de cargos públicos em áreas estratégicas, o governante, por meio do patrimonialismo, detém a centralização do poder e pode alcançar o domínio político de todas as camadas sociais, controlando até mesmo, os meios que direcionam o comportamento social, como por exemplo, a educação, saúde e segurança. Junto de todo esquema de patrimonialismo fundado durante o período feudal, é evidente que toda administração pública esteja volta ao cumprimento dos deveres e privilégios de uma classe política e social, ou seja, do senhor feudal, vassalo e dos eclesiásticos, (WEBER, 2012).

Na medida em que Max Weber expõe as bases estruturais do patrimonialismo, é certo que todas as ordens se voltam a um só poder, neste caso, o rei que é o principal senhor feudal e junto disso, aqueles que estão ao seu lado, de fato, se beneficiarão com cargos nos principais setores do Estado. Sobre todo aparato patrimonial numa monarquia, é certo que há uma formação consistente de um estamento em que se encontra as camadas mais altas da pirâmide social, que são o monarca, o clero, nobreza e os vassallos. Com todo esse esquema político e social montado, o monarca pode escolher com mais precisão aqueles que irão desempenhar melhor sua função dentro de cada aparelho governamental, com isso, é certo que o patrimonialismo formado por essa elite política, dominará o governo e as estruturas estatais.

Sobre os aspectos burocráticos do sistema patrimonialista, é certo que as instituições governamentais exercerão suas funções dando centralidade nos assuntos que mais interessam o governo, isso tornará viável todo o trabalho administrativo exercido pelo estamento que está no controle do Estado. Ao ordenar as atividades administrativas num Estado em que os principais órgãos estão aparelhados por um grupo político, de fato, o mecanismo do Estado patrimonial consistirá em uma ação social onde os membros que compõem o estamento, devem manter uma postura diante dos poderes que constituem o aparato patrimonial. O que Max Weber expõe a respeito da ação social em relação àqueles que estão envolvidos com o complexo composto pelo sistema estamental e patrimonial, observa-se que:

O poder ordenador que determina a forma desta ação social, além dos poderes característicos do patrimonialismo em geral- tradição, privilégio, direito consuetudinário e precedente judicial-, consiste em *pactuar* caso a caso entre os diferentes detentores de poderes, tal como era típico do “Estado estamental” do Ocidente, chegando até a constituir sua essência. (WEBER, 2012, p. 302)

Diante da origem e de toda estrutura do Estado patrimonial e estamental durante o sistema feudal, é perceptível que ao longo do tempo, essa prática se estendeu até ao período da formação dos Estados nacionais. Desde que surgiu as organizações estatais e administrativas, as elites políticas trataram de se organizar em estamentos para se manterem no poder por tempo indeterminado, mesmo que outros agentes assumam o controle do Estado, desde que esses sejam ligados ao estamento formados por grupos da mesma ordem onde foi originado o sistema patrimonial.

Ao passo que a sociedade avança nos seguimentos dos seus direitos e deveres no aspecto das políticas sociais, de fato, ainda há um controle estamental por parte daqueles agentes políticos ligados diretamente ao governo. Conforme o Estado democrático de

direito possibilita o cidadão exercer seu direito de ir e vir e buscar os benefícios promovidos pelo Estado devido a garantia do retorno dos impostos, a elite política que perpetua no governo, tende a limitar o processo de ações sociais por parte da população que necessita dos programas de políticas públicas do Estado. Sobre esse aspecto de estratificação social, neste caso, a sociedade civil de um lado e o estamento político do outro, Raymundo Faoro afirma em sua obra *Os Donos do Poder* que:

A elite das democracias não pode se consolidar num estrato privilegiado, mutável nas pessoas mas fechado estruturalmente. As instituições, normativamente operantes, trituram suas veleidades autonomizadoras, veleidades sempre discerníveis na burocracia. No patrimonialismo, no momento da emergência das classes, procuram estas nacionalizar o poder, apropriá-lo, para que se dilua na elite. O conflito está presente nesse tipo de estrutura, sobretudo quando posta em convívio com o capitalismo industrial, por pressão externa e por efeito de expansionismo internacional deste. A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático. (FAORO, 2012, p. 830)

No momento em que certos grupos políticos se apropriam de vários segmentos do Estado, isso é, referente às Instituições que mais lhes interessam, os agentes públicos formam seus estamentos periféricos para se beneficiarem de seus cargos para alcançarem seus objetivos e tirarem vantagens em situação devido aos seus cargos e funções dentro dos órgãos públicos que trabalham. Diante do quadro político e social em que o Brasil se encontra, isso é, referente aos privilégios que os agentes públicos têm devido àqueles que ocupa um cargo público, ou é alguém importante no ramo empresarial, tende a tirar vantagens sobre outras pessoas para que sua imagem não seja manchada por conta de seus deslizes. Essas pessoas sempre têm como argumento para se isentarem de certas advertências, o velho jeitinho brasileiro, que é aquela velha pergunta; ‘sabe com quem você está falando?’. Entretanto, diante dessas situações em que um agente público ou seu parente se envolvem, tende a usar seu cargo público para se beneficiarem em prol dos seus próprios interesses.

Para tratar com mais precisão essa forma de patrimonialismo por parte dos funcionários públicos, o autor da obra *Carnavais, Malandros e Heróis*, (1997): para uma sociologia do dilema brasileiro, Roberto DaMatta, analisa perfeitamente o comportamento dessas pessoas por conta dos cargos que elas ocupam e daqueles parentes ou amigos próximos que aproveitam da amizade para tirar vantagens. Isso mostra as brechas que o Estado põe para que seus agentes se apropriem das funções exercidas em

diversas instituições para lançarem superioridade sobre aqueles que estão abaixo dos cargos públicos ou exercem funções inferiores.

O que se pode ver, diante do patrimonialismo praticado por diversas categorias de funcionários públicos junto com a classe empresarial e executiva, é que as autoridades competentes, no exercício de seus cargos, referente àqueles com idoneidade ética e moral, possam tomar providência quanto às práticas ilegais por parte dos agentes que tiram proveitos de suas funções para burlarem diversas lei. Conforme os segmentos constitucionais, os agentes públicos carregam o dever de prestarem um serviço em prol do interesse coletivo, em verdade, o Estado, por meio dos seus representantes, deve atender à vontade do cidadão de acordo com seus interesses e necessidades. Como se pode ver, a prática do patrimonialismo pelos agentes públicos, mostra que, ao usarem seus cargos para tirarem vantagem nas mais diversas situações embaraçosas, corresponde ao fato deles estarem exercendo o interesse privado, correspondente à estratificação social por conta da carreira exercida pelo funcionário público.

Roberto Damatta, em sua obra *Carnavais, Malandros e Heróis*, que a expressão “sabe com quem está falando?” determina essa dinâmica no contexto da hierarquia, obviamente, aquele que se encontra num nível mais elevado na carreira pública ou privada, no caso do ramo empresarial, executivo e no meio artístico, tende a sair na vantagem em relação àqueles que estão ocupando cargos não tão relevantes no contexto social. Para isso, Roberto DaMatta mostra que:

Claro está que o “sabe com quem está falando?” denuncia em níveis cotidianos essa ojeriza à discórdia e à crise, traço que vejo como básico num sistema social extremamente preocupado com “cada qual no seu lugar”, isto é, com hierarquia e com a autoridade. Nessa perspectiva, descobre-se porque o “sabe com quem está falando?” causa embaraço. Realmente, num mundo que tem de se mover obedecendo às engrenagens de uma hierarquia que deve ser vista como algo natural, os conflitos tendem a ser tomados como irregulares. (DAMATTA, 1997, p.184)

Dentro de todo o contexto patrimonial, o que se percebe entre as várias categorias de funcionários públicos, juntos com aqueles da iniciativa privada, formam elites para se apropriarem do Estado e exercerem o domínio dos espaços quanto aos seus interesses. Em detrimento disso, o contribuinte é obrigado a arcar com pesados impostos para que essas classes ‘dominantes’ possam se manter no padrão de vida e o status quo devido as práticas promovidas pelo patrimonialismo. Em consequência das ordens formadas pelas elites políticas, diversas brechas nas leis que possibilitam as práticas irregulares em que o único prejudicado é o contribuinte, que tem a obrigação de pagar impostos para manter

os privilégios da classe social onde ela exerce o domínio das suas políticas de interesses privados.

Assim, a imagem mostra como é o sistema de patrimonialismo, seu mecanismo e condutas dos agentes:



Fonte: gospelprime.com.br

Figura 1 Charge 1 Patrimonialismo

Ao definir as formas de corrupção, principalmente no Brasil, com certeza, o patrimonialismo é um meio que as classes políticas encontraram para se manterem no poder até mesmo de uma forma indireta, desta maneira, o controle do Estado ainda se perpetua nas mãos daqueles que compõem o círculo político dominante. Com todo contexto sobre o patrimonialismo, quem mais se encontra prejudicado é o cidadão que está fora do estamento montado por seus representantes políticos, pois, eles têm que trabalhar muito para pagar pesados impostos para manter os privilégios da classe política e administrativa perpetrada no sistema governamental.

2. A FORMAÇÃO DO ESTADO RACIONAL E SUA BUROCRATIZAÇÃO

De acordo com diversas leituras realizadas sobre Max Weber, em uma de suas obras; *Economia e Sociedade* (WEBER, 2012), mostra que o Estado Racional consiste em uma forte presença do capitalismo; a sociedade se desdobra para se adequar a um ambiente totalmente tomado pelo aparato industrial, em que os meios de produção são realizados em indústrias movidas por um forte desenvolvimento tecnológico com o objetivo de aumentar a produção. Assim, o Estado Racional só foi possível se desenvolver em países do ocidente onde, vinha-se pondo em prática pensamentos econômicos, filosóficos e científicos que buscavam transformar os Estados nacionais em verdadeiras potências.

Os preceitos de um Estado Racional, conforme explica Max Weber, é que:

A luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Cada Estado particular tinha que concorrer pelo capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso. Da aliança forçada entre o Estado nacional e o capital nasceu a classe burguesa nacional, a burguesia no sentido moderno da palavra. É, portanto, o Estado nacional fechado que garante ao capitalismo as possibilidades de sua subsistência e, enquanto não cede lugar a um império universal, subsistirá também o capitalismo. (WEBER, 2012, p 517)

Durante o período do liberalismo econômico, em que se pregava o livre comércio em todos os países onde o processo industrial se desenvolvia, houve uma forma de comércio em que o próprio Estado providenciava mudanças no processo de comercialização dos seus produtos, superando o sistema de comercialização, conhecido como mercantilismo. Diante disso, Weber define uma economia racional como: "*O primeiro indício de uma política econômica principesca racional aparece na Inglaterra, no século XIV; trata-se do fenômeno que, desde Adam Smith, se chama mercantilismo.*"(WEBER, 2012, p. 523)

É preciso entender que todas as formas de Estado estão ligadas às determinações dos governos, a exemplo dos poderes Legislativo e Executivo, que não só contribuem entre si para o sistema político e econômico, mas também, criam um estatuto para garantir a legitimidade do governo. Com isso, o governo pode garantir os mecanismos que visam à seguridade do seu povo, assim, com a racionalização econômica. Dessa forma, o Estado pode intensificar seu crescimento de forma que as esferas da sociedade. E é a forma pela

qual um país pode se tornar, tomando iniciativa a partir do comércio a fim de desenvolver políticas que alcancem os setores público e privado.

A ideia é que, somente com a racionalização do Estado, por meio do comércio, é que os gestores podem desenvolver medidas para estimular a industrialização e incentivar a criação de indústrias; sendo nesse processo ainda, o momento de apoiar a invenção de novos meios de produção.

Devido a esse processo de racionalização do Estado surgiu uma classe totalmente autônoma desvinculada das demais classes sociais: a burguesia, processo que se torna evidente dentro de um Estado em processo de desenvolvimento industrial. Isso indica que a racionalização, ou seja, a industrialização, pode tomar forma no processo capitalista. Isto porque, a burguesia criou o sistema capitalista desenvolvido com base no mercantilismo, que deu por sua vez início a outra fase do capitalismo a de um Estado desenvolvido economicamente, cujo processo industrial, desenvolvido a partir do capitalismo burguês para uma fase na qual passou as formas de pensamentos, e revoluções deram fim aos meios de exploração da parte dominadora.

Na verdade, é por meio do capitalismo que o Estado racional se tornou mais evoluído em comparação com os que o sistema de governo e econômico ainda estava estagnado na velha ordem, como era no Antigo Regime francês. Nesse sentido, foi a Inglaterra que iniciou o processo de racionalização do Estado, é evidente que a Revolução Industrial tem sido a principal base na construção de um sistema que gere incentivos ao cidadão de adquirir melhores condições financeiras para adquirir seus meios de produção.

Outro fator que contribui para a racionalização do Estado é a formação de grupos de dominação institucional com o monopólio da violência legítima. É com esse fator, que o Estado pode tomar medidas de segurança quanto aos seus cidadãos que necessitam de uma garantia de que seus direitos, liberdade e propriedades possam vir a ser assistido pelo governo em prol de suas aplicações de leis que almejam o desenvolvimento e sustentabilidade daquilo que o próprio Estado necessita para se manter em ordem e disciplina. É com tal monopólio da violência legítima, que o Estado garante ao cidadão a paz e a ordem que proporciona aos cidadãos um desenvolvimento em todos os âmbitos.

Diante disso, ter sucesso como Estado racional no contexto da modernidade, é preciso que os membros que compõem a gestão do Estado instalem um sistema totalmente eficiente quanto a sua proporção administrativa, ou seja, é preciso burocratizar todos os mecanismos que envolvam o funcionamento do Estado em virtude dos parâmetros

políticos. De acordo com o viés burocrático estatal, podemos analisar o Estado moderno da seguinte maneira:

Num Estado moderno necessária e inevitavelmente a burocracia realmente governa, pois, o poder não é exercido por discursos parlamentares nem por proclamações monárquicas, mas através da rotina da administração. Isto é exato tanto com referência ao funcionalismo militar quanto o civil. (WEBER,1980,p.16)

Portanto, é com a burocratização por meio estatal, é que a máquina administrativa possa ter um ótimo funcionamento, mesmo levando em conta todo o aparato que envolve os preceitos de dominação legítima e estrutura que proceda na parte racional conforme as regras governamentais. Até mesmo a racionalização corresponde também a burocracia e o monopólio da violência legítima diante de todos os cidadãos que faz parte das esferas sociais. Ou seja, o Estado racional é que garantirá o verdadeiro desenvolvimento em todos os âmbitos de seus sistemas, sejam eles, industrial, comercial e político.

3. AS CLASSES POLÍTICAS E SUAS ORDENS INSTITUCIONAIS

Como podemos perceber, nas questões relacionadas por Weber no âmbito da burocracia, como foi observada nos trabalhos anteriores, especialmente em Economia e Sociedade é totalmente contundente que um Estado burocrático possa ter seus funcionários considerados altamente qualificados para atender as mais exigentes demandas, cujos seus preceitos sejam adequados com aquilo que o Estado expõe para tornar viável um bom funcionamento da máquina administrativa. É, então, que ao abrir concursos públicos para preencher vagas em diversos órgãos públicos, o Estado exige que os candidatos tenham o mínimo de preparo para ser selecionados para ocupar o referido cargo que possa ser oferecido a ele.

Ao passo que o avanço tecnológico se instala nas instituições governamentais e privadas, a figura do funcionário de baixo nível intelectual está gradativamente desaparecendo, mas tal coisa está refletindo nos meios. À burocracia, cada vez mais, exige maior aperfeiçoamento dos funcionários públicos e agentes da iniciativa privada, isso implica um fenômeno que é ao mesmo tempo, social e político. Ao invés de simplificar o mecanismo político dos órgãos públicos quanto ao sistema sócio econômico em virtude do aparelhamento estatal, é viável incentivar o aperfeiçoamento dos funcionários públicos para que possam ser perfeitamente observados nos mais diversos aspectos governamentais e evitando assim todas as formas de corrupção e outras falhas que possam danificar a estrutura do governo e até mesmo, tirar toda a credibilidade do Estado por uma simples falta de observação nos atos morais e éticos daquele que possui o dever de servir ao país e prestar um ótimo serviço em torno do que é a estrutura de um Estado altamente funcional.

Sobre as atitudes dos funcionários da esfera pública, é considerável a questão de que uma ordem ou um estatuto que viabilize a conduta daqueles que estão a serviço do Estado se mantenham na dinâmica da estrutura funcional de determinados órgãos. Podemos então, observar a respeito do que Erick Hobsbawn expõe sobre o sistema de organização documental e organizacional de um Estado burocrático:

Nos Estados burocráticos e bem policiados, um sistema de documentação e registro pessoal trouxe os habitantes para um contato ainda mais direto com a máquina de administração e dominação, especialmente se estes se deslocam de um lugar para outro. Nos Estados que contavam com uma alternativa civil para as celebrações

eclesiásticas dos grandes ritos humanos, e a maioria deles dispunha dessa alternativa, os habitantes podiam encontrar os representantes do Estado nessas ocasiões emocionalmente intensas; e sempre elas seriam anotadas pela maquinaria que registrava os nascimentos, casamentos e mortes, que complementavam a máquina dos sentidos.(HOBBSAWM, 2002, p.102)

No que realmente possa ser um Estado altamente dinâmico e coerente com seus princípios, no que se refere nas palavras de Erick Hobsbawn, é que realmente um Estado onde há uma forma de controle dos dados dos seus cidadãos, por exemplo, é que se manterá um forte sistema de controle e manutenção das ordens vigentes em vários âmbitos da administração pública visando o foco, sobretudo, na ordem pública e social. Observa-se as questões em que a burocracia possa tornar totalmente viável o pleno emprego da máquina administrativa, é a questão das leis em virtude, até mesmo do bem-estar social, surge aí a ideia de que o Estado se mantenha sempre presente no cotidiano da vida pública de todos aqueles que buscam no Estado a resolução de tudo aquilo que possa viabilizar a vida útil de uma sociedade justa e solidária. É no contexto de um excelente aparelhamento da máquina pública, na alta qualificação da mão de obra dos servidores públicos, é que um país possa ser forte e presente em todos os sistemas políticos e econômicos.

Para entrar no contexto dos princípios do Estado, pode-se colocar diversos mecanismos que influenciam as virtudes e dinâmicas de todo o aparato estatal conforme é elaborado os ditames que regem os sistemas político-administrativos, até mesmo, das formas de governo. Em virtude dos contextos que influenciam o Estado a ter nos seus certos ditames, são as ordenações que se estabelecem sob o manto cultural, jurídico, político e constitucional de acordo com o contexto da sua história, contudo, é a capacidade de se ordenar em certos seguimentos, que o Estado passa ser capaz de se colocar diante dos mais variados assuntos em qualquer instituição internacional, para se colocar no rol de todos aqueles que detenham os mais eficientes sistemas de organização político-administrativo, quanto à forma de governo vigente no sistema em que todos os seus aparatos possam funcionar perfeitamente.

O exemplo mais claro de um Estado, cujo sistema se baseia no número de órgãos públicos para atender a demanda de tudo que se passa por mudanças, é necessário olhar para o caso do Brasil quanto ao número, por exemplo, de ministérios. Nas gestões governamentais que antecedem os governos do PT, ou até mesmo, o governo pró-regime militar, podemos analisar que dentro desses governos, havia um número pequeno de ministérios, ou seja, em comparação ao número de ministérios os governos militares

tinham um gasto bem menos e uma eficiência altamente considerável em comparação à atualidade. Sendo assim, hoje pode-se enxergar na incapacidade de vários órgãos terem que se juntar para ao menos tentar conseguir resolver com os problemas ou viabilizar o andamento da administração pública quanto aos problemas vigentes em diversas gestões do Brasil na era da democracia.

Em determinados prosseguimentos, no que o Estado deve concentrar suas questões para que possa ter o mínimo de aparato, para que possa atender os requisitos exigidos pelo sistema político-econômico em torno do que o cidadão, possa ser amparado, ou até mesmo colher benefícios para suprir a suas necessidades, é aconselhável que os tais órgãos tenham ao menos a consistência de atender os seus próprios anseios quanto ao quadro de funcionários, equipamentos e instalações, gerando assim, o mínimo de aparência para que venha ter a devida confiança dentro das organizações que venham a fazer parte, como por exemplo, tratados econômicos, políticos e constitucionais. Sobre o poder político em que o Estado exerce no domínio das questões sociais, vemos que o teórico político Prado Kelly expõe a respeito do poder político:

Poder Político. Vem-se reforçando, nos últimos anos, a tendência de utilizarem os juristas os dados da sociologia, embora sem se subordinar a ela, menos pelo preconceito da escola de Viena do que pela variedade dos métodos e pela costumeira imprecisão na análise recíproca dos fatos e das teorias, das quais se nutrem ambas as disciplinas. Inspirando-se no caráter aproximativo dessa permuta, ensaística, como Burdeau, tem concentrado a atenção na gênese e no desenvolvimento do “poder político”, anterior e conseqüente à formação do Estado, “complexo de elementos materiais e espirituais, em torno do qual se articula a vida societária (entre homens que ordenam e homens que obedecem)”, ou “pedra angular de toda organização constitucional”, qualquer que seja o ideal proposto. Em tal sentido, o Poder não reside tanto nas formas exteriores de seu exercício quanto no vigor que se irradia de uma comunidade consciente dos seus fins e disposta a realizá-los. Define-se como “força nascida da vontade social, destinada a guiar o grupo ao encontro do bem comum e capaz, em caso contrário, de impor aos membros o procedimento que ela ordena. É a um só tempo, um fenômeno “jurídico”, “psicológico” e “histórico”. (KELLY, 1966, p.125)

A observação das tarefas do Estado em virtude do Poder Político referente ao contexto da forma de governo sempre vigorará nos mais diversos vieses sociais, e haverá instituições jurídicas capazes de manter o controle de tudo que envolve as questões de comportamento social e política dentro das camadas mais diversas das comunidades em geral. Com isso, pode-se observar também que além das ordenações jurídicas, o Estado dispõe também de um aparato de força, e também do total monopólio de seu uso, para conter qualquer iniciativa que possa desestabilizar o funcionamento de suas instituições

quanto ao comportamento de um povo que se expressa de uma forma totalmente diferente dos padrões impostos por determinadas culturas e estruturas comportamentais.

Para analisar as questões do aparelhamento do Estado em virtude do seu Poder Político, é importante também colocar um fator determinante quanto ao uso devido de cargos públicos sob o manto da burocracia. Na verdade, o que se deve questionar é o caso do patrimonialismo, que é uma espécie de ocupação de cargos políticos dentro dos órgãos públicos usando os termos burocráticos para que certas classes políticas e até mesmo sociais venham a se manter no poder por tempo indeterminado.

Ainda no contexto do Poder Político, no que se refere à burocracia como forma de ocupação dos diversos órgãos do Estado, é necessário que se tenha feito uma análise dos fatos em relação ao patrimonialismo, quanto a isso, Raymundo Faoro determina o patrimonialismo da seguinte maneira:

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo, o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência. O Estado ainda não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados. (FAORO, 2016, p.102)

Pode-se perceber, é por assim dizer que o Poder Político se encaixa nos mais diversos preceitos concernentes ao Estado. Sempre que buscarmos um estudo referente ao conceito de Estado no âmbito em geral, é necessária uma pesquisa e percepções nos mecanismos que fazem o Estado ter seu funcionamento em pleno emprego conforme o sistema político vigente em sua estrutura. É a questão mais importante a ser analisada em virtude dos modos políticos em que a sociedade em geral venha a se encontrar, com isso, é preciso observar de que forma essa ela escolheu viver, e que sistema político-econômico é viável para determinadas classes sociais.

O mais adequado sistema burocrático envolvendo o Estado para uma sociedade que quer ter seus direitos e garantias assegurados pelas instituições governamentais mantidas pelo aparato público, é de fato, o estado democrático de direito. Com o estado democrático de direito, o cidadão poderá exercer seus direitos plenos sob a ordem jurídica, política e até mesmo, ter seus direitos políticos garantidos em caso de elegibilidade, no que se refere, em caso de pleito eleitoral, se o cidadão quiser disputar um cargo público dentro do legislativo ou no executivo, é necessário que ele tenha total certeza de que terá a garantia para ocupar uma cadeira no executivo ou no legislativo para representar seu povo, ou até mesmo, um interesse de uma parcela da população, ou seja,

como é visto nos casos de eleições em que cada candidato apresenta uma categoria seguida de uma ideia que possa conquistar os votos necessários para adquirir o pleito.

Ao analisar todas as questões que envolvem o Estado, é necessário que o sistema vigente seja o mais disponível em caso de uma pesquisa mais ampla, porque na verdade, há casos em que nem tudo está disponível para pesquisa e publicação, como por exemplo, um Estado onde se encontra a total ditadura onde há uma enorme dificuldade para buscarmos fazer um estudo sobre seus preceitos. Podemos colocar, a exemplo disso, como agem os agentes do Estado dentro do seu território, “com efeito, ” no caso de uma mudança de sistema político-administrativo.

Entre as mais diversas formas de governo em que se encontra o Estado, podemos expor os reais objetivos governamentais com os compromissos que o Estado se encontra em seu estatuto, como por exemplo, em sua constituição para dar à total garantia de que seus cidadãos possam ter o direito de ir e vir. Entre os vários exemplos com os ditames em que regem os princípios de sua constituição, são os fatores jurídicos, burocráticos e funcionais quanto à organização de seus funcionários nos mais variados conceitos da máquina pública, ou seja, é o que a virtude da burocracia tem de mais positivo com o mecanismo do Estado. De acordo com Darcy Azambuja, é perceptível a exposição de um exemplo em que o objetivo do Estado no âmbito da administração pública, e até mesmo, no fato de garantir aos cidadãos os seus reais direitos:

Pelo que até agora temos dito sobre a origem do Estado, é de compreender a improcedência da questão de saber se ele é um bem ou um mal. Forma natural e necessária da sociedade humana, para considerá-lo um mal seria preciso fazer um igual juízo do valor da sociedade mesmo e do próprio homem, o que é legítimo em um sistema filosófico, porém não em um trabalho científico.

Alguns, consideram o Estado como um fim em si mesmo, como o ideal e a síntese de todas as aspirações do homem e de todas as forças sociais. O Estado é o fim do homem, o homem é um meio de que se serve o Estado para realizar a sua grandeza. Outro, sustentam exatamente o contrário: o Estado é que é o meio para o homem realizar a sua felicidade social, é um sistema para conseguir a paz e a prosperidade. O “Estado tem fins, não é um fim”. (ARZAMBUJA, 2005, p. 113)

Ao considerar os efeitos do Estado na vida dos cidadãos e de toda sociedade, e importante construirmos uma visão totalmente positiva sobre os dispositivos que o Estado tem a oferecer ao povo de uma forma em geral. Porém, é com todo aparato que dispõe o governo representativo que garantirá à sociedade todo o suporte necessário que o povo poderá precisar para ter seus direitos garantidos.

Outro sistema que pode colocar dentro do contexto de Estado e burocracia no tocante da máquina pública em que, possa conceituar, é o da elite política, no caso,

referente à classe que mais se sustenta na base de uma categoria que está acima daquilo que ela representa, contudo, deve-se citar como exemplo o caso do Brasil sobre os seus representantes políticos. Eles acabam por se tornar uma classe em que se encontram nos mais variados setores da administração pública e outros contextos do Estado, ao observarmos as suas posições referentes às suas condutas, é notório que essa classe se torne, de fato, uma elite política em que criam verdadeiras oligarquias para se manterem na total dependência dos recursos públicos.

No que diz respeito à elite política, sobretudo na ordem pública do poder político, essa classe política tem em suas mãos um certo poder de decisão no que conta os trabalhos e projetos em prol dos seus interesses e benefícios. É o caso do corpo legislativo brasileiro, que em seu congresso está a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, onde se encontram diversos grupos de parlamentares que estão ali e foram eleitos pelo povo por meio de um processo democrático, na verdade, defenderem certos interesses de grupos que atuam no interior das dependências do legislativo para fazer lobby em prol dos interesses que vão atrair as mais grandiosas vantagens, é o caso da bancada que representa o armamento civil, a bancada ruralista que representa o agronegócio, entre outras.

Numa definição breve do que realmente é uma elite política, pode-se colocar a seguinte explanação; é a classe que exerce o poder político nos mais variados sistemas públicos em virtude dos cargos em que há um forte impacto nas carreiras dos que estão envolvidos no âmbito político. Coloca-se como exemplo, o caso dos governos Lula e da Dilma em que ambos aparelharam setores estratégicos para defender seus interesses e até mesmo, seus cargos no executivo, ou seja, eles escolheram pessoas com alto nível acadêmico e de magistratura para dar total suporte aos seus planos de aumento de poder sobre todos os órgãos que se submeteram a tutela do Partido dos Trabalhadores.

O PT, entretanto, teve que desenvolver dentro do seu pleito outra classe denominada elite burocrática, ou seja, é com essa elite burocrática que os ex-chefes do executivo brasileiro se sustentaram como sendo uma elite política para impor sobre as demais instituições seus domínios a nível nacional e em parte, internacional. No que nos referimos à elite burocrática, estão os magistrados nomeados estrategicamente na suprema corte para defender as eventuais incompetências tanto como do Lula como da Dilma, é o caso recente do afastamento da ex-presidente da República Dilma Rousseff.

Em outros casos, a elite burocrática está realmente voltada para aqueles funcionários públicos de alta classificação que estão a serviço do Legislativo, Judiciário

e Executivo, ou seja, aqueles que conseguiram seus cargos públicos por meio de concurso público e títulos, são esses que garantem ao Estado todo o bom funcionamento de suas instituições e garantem à sociedade os seus reais direitos e deveres dentro do contexto público e social.

A observação das questões propostas por Weber em decorrência da sua teoria da burocratização quanto às formas de desenvolvimento do Estado por meio da industrialização, é perceptível uma forte presença da atuação dos mecanismos científicos na construção de um Estado forte e altamente independente de meios que alterem o andamento da evolução governamental em virtude de toda sua máquina administrativa. Para esclarecer o entendimento do desenvolvimento de todos os meios que compõem o corpo do Estado, é necessário partir para a racionalização dos diversos meios de produção e comercialização dos produtos, como por exemplo; aplicar total recurso no desenvolvimento industrial, conforme foi explicitado no primeiro tópico.

Para conceber melhor os fatos que tornam evidente o procedimento em virtude da ordem burocrática e o processo de racionalização, é fundamental desenvolver alguns questionamentos que de fato esclareçam os pontos que abordam as teorias propostas por Max Weber, como por exemplo; como deve ser esquematizada a questão da racionalização conforme suas ações, ou seja, como espécie de ação racional? E de que forma se baseia a crença na burocracia?

O que revela a conduta dos agentes públicos e os funcionários das empresas privadas, quanto as suas dinâmicas nos meios de produção, isso é, referente às prestações de serviços dos funcionários dos órgãos públicos, são as suas qualificações da mão de obra e o alto nível de instruções em virtude da escolaridade. Assim como a aplicabilidade da burocracia, ao seguir os conceitos do alto nível de capacitação intelectual de todos os agentes tornam viável o funcionamento de todo aparato governamental e industrial, com isso, é possível manter-se na estrutura de todo sistema político-econômico que é o capitalismo, principalmente, no setor industrial que atende as demandas exigidas pelo capitalismo, (WEBER, 2012).

Quanto ao processo de capacitação profissional do funcionário, referente à burocracia racional legal, é evidente que há diferenças entre as dinâmicas junto aos meios de produção e o ambiente de trabalho. O diferencial entre a esfera privada e o exercício da função em que o funcionário se encontra, é o que Weber mostra em sua obra Ensaio de Sociologia:

Em princípio, a organização moderna do serviço público separa a repartição do domicílio privado do funcionário e, em geral, a burocracia segrega a atividade oficial como algo distinto da esfera da vida privada. Os dinheiros e o equipamento público estão divorciados da propriedade privada da autoridade. Essa condição é, em toda parte, produto de um longo desenvolvimento. Hoje em dia, é observada tanto no setor público como na iniciativa privada; nesta última, o princípio se estende até mesmo ao empresário. Em princípio, o escritório executivo está separado da residência, a correspondência comercial é separada do pessoal, e os bens da empresa são distintos das fortunas privadas. A coerência da moderna administração de empresas tem sido proporcional a essa separação. O início do processo já pode ser observado na idade média. (WEBER, 2002, p.139)

No que tange respeito à questão exposta no raciocínio da burocracia e da racionalidade, é que ambas as teorias fazem parte de um conjunto de diversos pontos políticos e econômicos. Ao abordarmos cada um desses pontos teóricos na aplicabilidade sistemática para o real desenvolvimento do Estado em virtude de um excelente plano administrativo envolvendo o plano político puramente destinado aos três poderes do Estado como o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, contando também com as autarquias, referindo-se a aplicação da burocracia como regra em todos os âmbitos dos órgãos referidos, com certeza, teremos uma gestão completamente organizada e com um funcionamento voltado com mais precisão e valorização dos meios de arrecadação de tributos cobrados pelo contribuinte. Já em relação à racionalização voltada para os meios de produção em referência a todo sistema industrial, como foi tratado anteriormente, é em relação ao investimento tecnológico e financeiro em todo o mecanismo envolvendo as indústrias de uma forma em geral, que haverá um forte aumento na produtividade nos seus mais variados produtos.

O objetivo de Max Weber sobre as ideias voltadas aos segmentos burocráticos e racionais quanto ao Estado de uma forma em geral, é justamente envolver uma gestão com mais eficiência e qualidade quanto aos seus órgãos, tratando assim as questões políticas com mais confiabilidade e retorno de um excelente serviço à sociedade. Ao incentivar a total razão de uma ordem da racionalidade, estamos também nos referindo o pleno apoio de investimentos nas áreas da educação, como por exemplo, nas ciências e tecnologia voltadas para um bom desenvolvimento na criatividade e qualificação dos indivíduos dentro do processo de produção. Com isso, junto com as referidas teorias expostas no decorrer das ideias visadas por Weber.

Em relação a todo o processo de desenvolvimento, cujo sistema político e econômico de um país está voltado literalmente aos planos aplicados dentro das normas exigidas e estudadas por especialistas nas mais extensas áreas governamentais

envolvendo tanto como o próprio Estado e a iniciativa privada, com certeza, a dinâmica da administração pública, se colocará no mais elevado grau de funcionamento em consonância nas diversas esferas da sociedade. A respeito dos planos ideais de Weber sobre a Racionalização e a burocracia, a exemplo de alguns países que foram adotados os referidos sistemas como forma de procedimento técnico em seus setores públicos, como por exemplo; na própria forma de governo onde há certos elementos em que a sociedade está acostumada a seguir como meio cultural religioso e até mesmo político, (WEBER, 2012)

No que se refere aos fatos ocorridos no processo de unificação política, isso é, dentro do contexto histórico de um país, no caso da Alemanha no final do século XIX em que foi dada sua unificação em virtude de ambas as partes conterem os mesmos elementos, que envolvem seus costumes, religião, língua e diversos outros elementos culturais, no entanto, foi dada a criação de um só país onde todas as pessoas possam desfrutar do mesmo espaço, órgãos públicos, educação, oportunidades de trabalho e desenvolvimento. Junto disso, após a total consolidação de um Estado forte e consistente com suas diretrizes instaladas em diversos seguimentos públicos, valorizando assim a propriedade privada, é que foi possível perceber que era necessário adequar todo o sistema burocrático e racional dentro do processo de desenvolvimento de toda estrutura possível que envolve a constituição que rege seus princípios.

Ao tomar a Alemanha como exemplo de um Estado cujo todo o sistema passou por reformas e adaptabilidade ao novo âmbito político e econômico, foi preciso aprimorar com mais precisão todo seu aparato governamental, ou seja, aplicando assim a burocracia em toda sua administração e a racionalidade em todas as suas áreas de conhecimento que envolve a ordem científica onde possa realmente ser aplicado todo conhecimento no desenvolvimento industrial, comercial e, sobretudo, nos mais diversos ramos do empreendedorismo. Foi assim que a Alemanha, ao longo do seu curso de unificação, vem cada vez mais se tornando uma verdadeira potência em diversas áreas do conhecimento, assim como cultural e político.

Com base nas teorias de Max Weber em relação aos pontos enfatizados no contexto histórico da própria Alemanha, poderemos enxergar a possível elaboração de um verdadeiro sistema onde há um governo estável que carrega consigo uma constituição que lhe garante a plena autonomia para agir nos mais diversos setores públicos garantindo assim aos seus cidadãos a plena liberdade de participar do desenvolvimento do país em virtude dos preceitos que foram aplicados como forma de ordem e garantia de construção

da sua soberania e riquezas naturais, para Max Weber, o Estado ideal é aquele em que a burocracia junto com a racionalidade foi perfeitamente adotada como meio de proteção e sistematização de todo aparato que envolve a estrutura governamental, (WEBER, 2012). Por isso, é que na Alemanha, por exemplo, está instalado as maiores indústrias e sistema educacional do mundo, tanto, em sua época de unificação como nos tempos atuais.

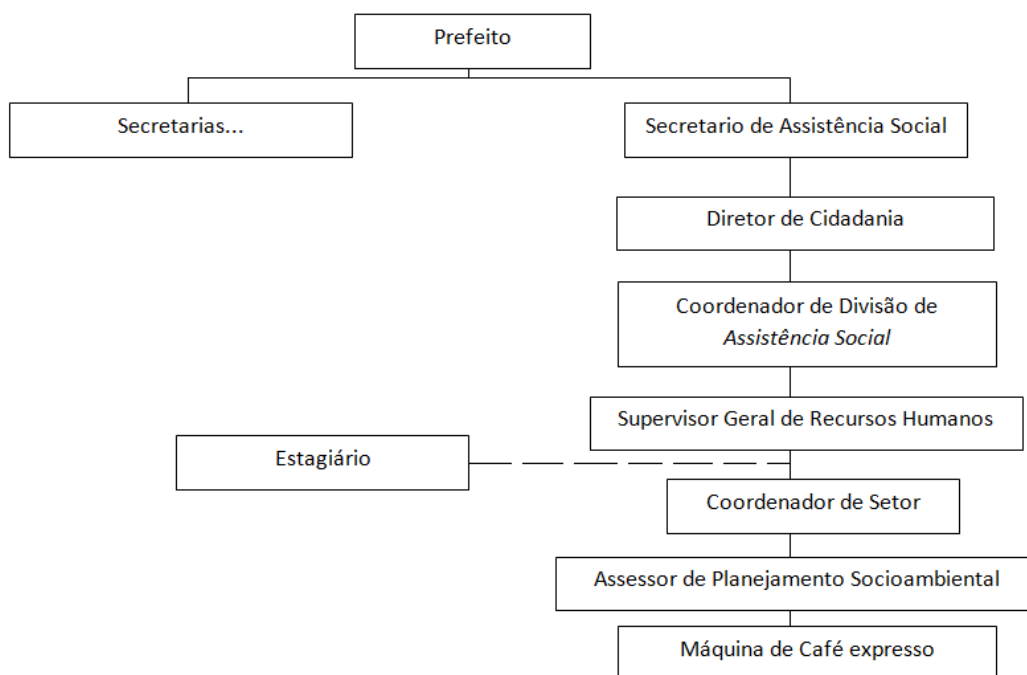
Assim, pode-se citar outro país em que há certo atraso em comparação com a Alemanha e outros países que tomaram para si todo sistema burocrático e racional em prol de seus desenvolvimentos tanto, até mesmo na agricultura, indústria e comércio, garantindo assim aos seus cidadãos a plena liberdade de empreendedorismo para que possam contribuir com a dinâmica de desenvolvimento das mais variadas formas de produção. Para isso, cujos países citados, tem-se o Brasil como um exemplo em que as mais diversas teorias políticas, econômicas e administrativas no que se refere à representações governamentais, é preciso analisar que todo andamento burocrático brasileiro está centrado no caráter de valorização de funcionalismo público, como meio de garantia de um bom reconhecimento financeiro do que em vários pontos onde possa ser aplicadas os verdadeiros ideais weberianos no tocante um verdadeiro desenvolvimento em suas diversas áreas como o crescimento de indústria em geral, comercial e cultural referente à ciência e tecnologia.

Ao repensar o caso do Brasil como exemplo de um lento processo de adesão de todo o recurso nas áreas em que possam ajudar no desenvolvimento total de sua estrutura pública, privada e social, é verdadeiramente viável que os governantes adotem medidas que possam dar rumo a um desenvolvimento onde todos os seus cidadãos possam participar das formas de produção, garantindo assim o pleno emprego em áreas industriais, passando antes por meios de educação onde todos tenham acesso a cursos técnicos de qualidade e garantia de oportunidade nos mais diversos campos de trabalho.

Quando um Estado é constituído por princípios cujos seus preceitos são voltados para a ordem pública, social e políticas públicas, isso é, referente à parte burocrática em que há um controle sistemático de todo aparato governamental, com certeza, haverá uma administração realmente com consistência e altamente produtiva. Sobre o fato de aplicabilidade da racionalidade nas questões em que envolvem o total progresso científico direcionado ao setor empresarial e industrial, certamente o país que adotar essas medidas terá mais facilidade para dar mais oportunidades a todos os seus cidadãos, na verdade, podemos ver que a Alemanha é o país onde foram adotados todos os princípios de natureza burocrática e racional, já no caso do Brasil, onde há uma grande deficiência em

vários setores nas suas mais diversas ordens, é necessário uma observação bem atenciosa quanto aos seus princípios políticos, econômicos e administrativos para uma adaptabilidade no sistema burocrático racional.

Ao aproveitar a ocasião de tratarmos do sistema burocrático no Estado racional, é importante salientar que Weber esquematizou um diagrama que demonstra como segue o sistema de burocratização no âmbito da administração pública, com ela, podemos ter uma noção de como funciona o mecanismo da burocracia estatal, segue em anexo um dos diversos diagramas em que Weber apresenta para demonstrar o esquema:



Fonte:gestaublica.net

Figura 2 Estrutura Administrativa Estatal

Sobre vários aspectos, de uma administração burocrática num Estado racional, é bom lembrar que para um bom funcionamento do Estado burocrático em virtude da racionalidade, é necessário que haja uma excelente qualificação de seus funcionários quanto ao capital intelectual exigido em determinadas carreiras como funcionários públicos. Ao incentivar o funcionário a buscar uma qualificação de excelência, o Estado burocrático procura compensar seus funcionários com uma ótima remuneração, com isso, a pessoa se sente animada para realizar suas tarefas com mais eficiência.

Conforme as medidas tomadas por um gestor que aplica toda sua estrutura no melhoramento dos órgãos públicos, diante disso, com certeza, haverá um desempenho altamente positivo do Estado racional. No aspecto burocrático, é certo de que há uma necessidade de um investimento considerável na estrutura governamental do país.

Em virtude do estamento burocrático, é considerável que o gestor venha a se compor cada vez mais de ideias inovadoras para estar sempre aplicando aprimoramentos nos estatutos que compõem as variantes de uma política onde as diretrizes das instituições possam se desenvolverem com mais eficácia no âmbito da realidade onde o país se encontra. Pode-se perceber, que há uma série de fatores que levam um Estado racional burocrático a se compor por meios de órgãos em que são analisadas as questões que envolvem todos os recursos provenientes de políticas públicas que movem a administração governamental, financeira, social e até mesmo, religiosa, isso é, em se tratando de um Estado teocrático.

Outro fator importante que devemos citar, em detrimento de um Estado racional burocrático, é a questão dos impostos quanto ao bom funcionamento da máquina estatal. Isso engloba, para a maioria dos estadistas, uma obrigação a ser feita com os cidadãos para que possa manter em pleno emprego todo o aparato público-governamental onde qualquer cidadão, que paga seus devidos impostos, possam desfrutar de qualquer mecanismo que o Estado venha a se dispor para viabilizar até mesmo, uma excelente qualidade de vida para as pessoas e dar-lhes incentivo para que possam contribuir com os seus deveres e obrigações em virtude de todo trabalho social que o Estado possa oferecer a todos os cidadãos.

No que tange respeito à tributação de recursos para custear a máquina pública, é viável expor o exemplo em que Benjamin Constant observa nos mais variados Estados onde são cobrados impostos para manter a postura de uns determinados sistemas de governos, sejam eles; parlamentarismo, monarquia ou presidencialismo:

O governo, responsável que é pela defesa interna e pela segurança externa do Estado, tem o direito de solicitar que os indivíduos sacrifiquem parte de suas posses para custear os gastos que a consecução desses deveres requer.

Os governados, por sua vez, têm o direito de demandar do governo que a soma de todos os impostos não exceda o que é necessário para o objetivo pretendido. Essa condição só pode ser atingida por meio de arranjos políticos que imponham limites às demandas e, por via de consequência, à prodigalidade e à ganância dos governantes. Vestígios de tais arranjos podem ser encontrados nas instituições das monarquias mais sem peias, como as dos principados germânicos ou as dos Estados hereditários da Casa da Áustria; e o princípio é solenemente reconhecido pela constituição francesa. (CONSTANT, 2007, p.351-352)

Contanto que, a política de taxação de impostos venha a ser designado para o benefício de todos os cidadãos, é importante que tais taxas sejam viabilizadas para que haja todos os recursos proporcionais à qualidade de vida e dignidade àqueles que se

dedicam a trabalhar em prol de um país próspero onde gera conforto e segurança a toda sociedade. No caso em que Benjamin Constant cita em sua obra em relação à tributação, é perceptível que há certos tributos que são destinados a uns setores que são devidamente beneficiados mais que outros, isso, com certeza, pode gerar desconforto entre todos aqueles que se sentem excluídos dos seus direitos como cidadãos que contribuem com o Estado em virtude dos seus esforços quanto aos pagamentos de impostos.

Outros fatores, em relação a contribuições dentro do Estado em virtude dos seus benefícios com a vontade do povo, é uma forma de governo em que todos possam, se beneficiar dos seus recursos por meio de tributações ao Estado, vem sendo a democracia, com essa forma de governo, todos os cidadãos pode atuar como fiscalizador dos gestores públicos para uma melhor administração e mecanização das instituições que compõem todo o Estado democrático de direito. É certo que isso torne melhor todos os meios de gestão, acessibilidade a todas as pessoas que se sintam na condição de se colocar à frente das políticas em que todos aqueles sejam elegíveis para representar seus locais onde habitam, representar sua comunidade e tornar viável todos os recursos arrecadados dos impostos para benefício das suas comunidades. Com isso, coloca-se uma ideia de Thomas Jefferson em uma de suas obras políticas a favor da democracia e a participação do povo como autoridade do Estado, inclusive, dos Estados Unidos da América:

Considero o povo que constitui a sociedade ou nação como a fonte de toda a autoridade nessa nação; como sendo livre para conduzir interesses comuns através de quaisquer órgãos que julgue adequados; para modificar esses órgãos individualmente ou sua organização na forma ou função sempre que lhe apraz; que todos os atos praticados por esses órgãos sob a autoridade da nação constituem atos dela, são obrigatórios para o povo e em vigor seu uso, não podendo, de forma alguma, ser anulados ou afetados por quaisquer mudanças na forma do governo ou das pessoas que o administram. (Thomas Jefferson, in: Escritos Políticos. P.75; Governo Fundado na Vontade do Povo)

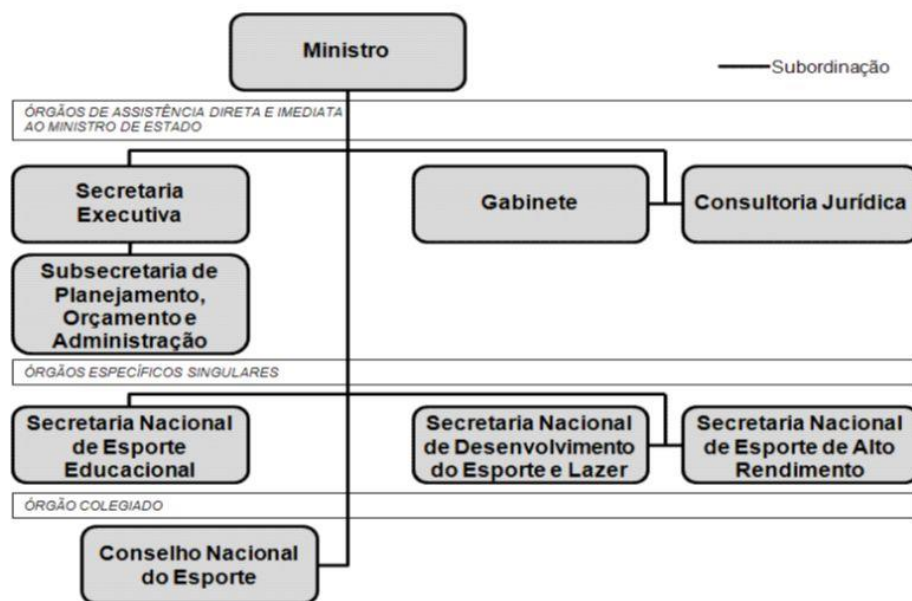
Com esse mecanismo governamental, é interessante colocarmos a democracia como meio de Estado racional burocrático que possa oferecer aos seus cidadãos o melhor padrão de vida, cujos preceitos políticos estejam voltados ao bem-estar social. Na verdade, a democracia torna agradável a maneira em que todas as pessoas possam se sentir à vontade, para garantir a ordem pública e social por meio de representações institucionais. O Estado disponibilizará aos seus cidadãos os meios de garantia para que todos exerçam seus direitos e deveres, como por exemplo, o direito de ir e vir em qualquer ocasião, seja ela de viagem por todo o território nacional e executar suas atividades dentro da lei e da ordem.

4. ESTADO BRASILEIRO E O MODELO BUROCRÁTICO

A maneira mais eficaz para garantir ao cidadão o direito de participar das atividades políticas e econômicas no Estado racional burocrático, é fazer com que ele seja incentivado a contribuir com seu trabalho e disponibilidade em prol das instituições para manter o sistema público-administrativo em pleno funcionamento com garantias de subsistência a todos que destinam seus recursos à manutenção do Estado.

Por meio da burocracia, o Estado pode ter uma melhor dinâmica no preparo para atender às normas de cada região onde há norma e leis que atendem os preceitos da ordem pública em vigor dos estamentos políticos, e até mesmo, privada. É através das divisões de setores que as normas legislativas, judiciárias e executivas, são executadas com toda prudência e responsabilidade no que cerca toda capacidade de gerar diversos fatores políticos- sociais na ordem estatal. Ver a figura a seguir:

Ministério do Esporte



O CAMPO POLÍTICO/BUROCRÁTICO NO GOVERNO LULA

Fonte: www.portal-administracao.com

Figura 3 Estrutura Ministerial

Para ter uma melhor observação quanto ao sistema de burocratização estatal, temos logo acima um exemplo de como foi montado o Ministério do Esporte na gestão do governo Lula, onde segue o determinado esquema em que a gestão ministerial é

dividida em secretarias, subsecretarias e conselhos nacionais do esporte. É por meio dessas divisões dentro de um órgão, que é formado todo aparato burocrático que torna o funcionamento da instituição mais eficiente, com as colocações funcionais dentro desse sistema, é possível dirigir a cada setor diversos funcionários qualificados para trabalhar nas determinadas áreas onde possa atender as demandas da categoria existente dentro do Estado.

Ao se deparar com toda a organização política-administrativa do Estado racional burocrático, é certo que haverá em todos os âmbitos as divisões burocráticas nas mais variadas instituições em que compõem os órgãos estatais, ou seja, sempre haverá ministérios, secretarias e departamentos para dar a devida mecanização de todo sistema político na ordem burocrática. Não é por meio de uma desburocratização que o Estado possa viver e se manter conforme às organizações externas em que ele venha fazer parte, para que seja atendida as formas de comércio exterior, acordos financeiros e parcerias internacionais com organizações que darão a todo cidadão o direito de se beneficiar das virtudes em que traz as suas normas.

Ao se tratar de um Estado racional burocrático, é importante colocar os deveres, direitos e garantias a todos os cidadãos, como por exemplo, uma questão em especial, é a garantia do cidadão ao direito ao uso e porte da arma de fogo. Se sabe que esse fator é uma questão muito delicada, cabe a determinados órgão fiscalizar e organizar o pedido de posse e porte de uma arma, isso, garantirá à pessoa o direito de auto-defesa em caso de grave ameaça por parte de outro, cujo dever é se proteger em caso de ausência do Estado. A figura a seguir mostra que todo cidadão anseia por uma arma de fogo quanto ao devido uso dentro das suas normas:



Imagem tirada do Facebook

Figura 4 Charge 2 Armamento

Por mais que as pessoas discordem do sistema burocrático estatal é fundamental que esse sistema possa estar presente dentro das normas e padrões que atendam às exigências sociais quanto aos seus comportamentos, isso implica aos órgãos de segurança, como por exemplo, a rígida fiscalização e vigilância daqueles que adotaram para si o direito ao uso da arma de fogo, sendo assim, haverá uma conscientização do cidadão em virtude do seu direito e dever. Dentro desse contexto, no que se refere Max Weber, é de total prioridade do Estado o monopólio do uso da força, ou seja, somente o Estado pode garantir ao cidadão a segurança e a repressão em caso de garantia da ordem pública e social.

Ao deixar como parte deste trabalho algumas imagens que simbolizam as mais variadas formas de estamento burocrático, como por exemplo a presença do Estado na vida dos cidadãos quanto à arrecadação de impostos, como foi colocado, a defesa de sua soberania em caso de agressão externa ou até mesmo interna, e outros fatores que possam trazer distúrbios e até mesmo, desmantelamento do sistema governamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em detrimento das práticas do patrimonialismo no Brasil, é perceptível que grupos políticos se instalem estrategicamente em instituições do Estado para ter o domínio de vários setores, como por exemplo; o Judiciário, o Legislativo, as autarquias e outros espaços públicos. Por natureza, o Executivo pode exercer o comando de todos órgãos públicos nomeando pessoas de sua confiança para ocuparem cargos em áreas estratégicas no governo. O efeito que o patrimonialismo provoca nas instituições governamentais brasileiras é o dismantelamento da máquina pública por conta da corrupção que é gerada por pessoas ligadas ao governo.

Um possível exemplo de práticas patrimonialistas envolvendo grandes esquemas de corrupção, é o caso dos governos anteriores do PT, referente ao Luiz Inácio Lula da Silva e a Dilma Rousseff que aparelharam os órgãos públicos para servirem aos seus interesses. O aparelhamento da máquina pública é a forma mais evidente de patrimonialismo gerando assim, todas as formas de delitos que provocam enormes prejuízos à sociedade em geral, ou seja, são verbas desviadas dos cofres públicos destinados aos investimentos nas estruturas do Estado brasileiro. Com isso, o patrimonialismo provoca diversos danos não só à nação, mas sim, a todas as pessoas que trabalham para pagar impostas na espera de um retorno do governo em forma de benefícios para todos.

O Estado Racional Legal, como já foi descrito no início do trabalho, é um sistema administrativo e burocrático que é bem empregado num país economicamente capitalista e industrial. Com isso, é possível que os agentes envolvidos na administração pública ou de empresas privadas, sejam altamente qualificados para exercerem suas atividades no âmbito público ou privado. Junto de todo mecanismo do Estado Racional Legal, que logo em seguida, envolve também a burocracia, é possível a execução de uma excelente administração do Estado, conforme as estruturas burocráticas adotadas por agentes públicos, ou até mesmo executivos das grandes empresas privadas, ocorrerá de fato uma dinâmica de rentabilidade e produção no processo administrativo.

Longe do patrimonialismo, o Estado Racional Legal proporciona uma política altamente desenvolvida, gerando assim, um Estado com as instituições consistentes ao dar andamento no funcionamento pleno dos poderes básicos como é o caso do Executivo, Legislativo e Judiciário. Por isso, é necessário que todos os agentes envolvidos na questão

da administração pública e privada estejam em suas plenitudes idôneas, com ética e moral para não se corromperem como é o caso de agentes que atuam no sistema patrimonialista.

No caso do patrimonialismo, os agentes estão interligados por uma rede completamente constituída em forma de estamento, que torna seu mecanismo voltado simplesmente para o atendimento de interesses privados, originando um sistema político voltado unicamente para os seus domínios. Num Estado patrimonial, as instituições estão aparelhadas e os seus funcionários trabalharão em prol das demandas daqueles que compõem a alta cúpula do poder. Porém, diferentemente do Estado Racional Legal, o patrimonialismo emprega aquelas pessoas que se identificam com as diretrizes dos partidos políticos e seus líderes, daí, há um péssimo funcionamento da máquina pública em que somente o cidadão sofrerá com as consequências da ingerência pública.

Entretanto, o que se pode ver, é a diferença enorme entre Estado Racional Legal e patrimonialismo. As evidências são ligeiramente perceptíveis quando que, num país onde há o sistema capitalista e o seu parque industrial totalmente desenvolvido e funcionando em pleno emprego, certamente, a burocracia do Estado Racional Legal foi muito bem aplicada, pois, a certeza é de que, esse país tenderá a crescer com fortes índices qualidade de vida e o cidadão estará muito bem aquecido quanto aos serviços prestados pelo Estado. No patrimonialismo, o que se percebe, são altos índices de corrupção por parte dos agentes públicos que fazem parte de um estamento onde são controladas as instituições governamentais. O principal fator que leva ao subdesenvolvimento de uma nação é o estamento em que o Estado está nas mãos de políticos ligados a vários segmentos ligados a conjuntos de interesses privados, e a sociedade só perde com os desserviços prestados por aqueles que deveriam atender o interesse do povo e gerar assim, oportunidade de crescimento e um IDH que dê exemplo a outros países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOBBSBAWM, Erick: **Nações e Nacionalismo Desde 1780**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2ª edição, 1998.

KELLY Prado: **Estudos de Ciência Política**. São Paulo. Editora Saraiva, 1966.

FAORO, Raymundo: **Os Donos do Poder**. Rio de Janeiro. Editora Globo, 2012.

ARZAMBUJA, Darcy: **Introdução à Ciência Política**. Rio de Janeiro. Editora Globo, 2007.

JEFFERSON, Thomas: **Escritos Políticos - Col. Clássicos da Democracia V. 22**. São Paulo. Editora Ibrasa, 1964.

CONSTANT, Benjamin: **Teorias políticas Aplicáveis a Todos os Governo**. Rio de Janeiro. Editora Topbooks, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília. Editora UnB, 2012.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

_____. **Os Pensadores**. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1980.

